ReGeo ISSN: 2177-3246

EXPLORADORES E MISSIONÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE OS REINOS DO SUL DE ANGOLA: FONTES, NARRATIVAS E PERSPECTIVAS COLONIAIS

EXPLORERS AND MISSIONARIES IN THE CONSTRUCTION OF KNOWLEDGE ABOUT THE KINGDOMS OF SOUTHERN ANGOLA: SOURCES, NARRATIVES, AND COLONIAL PERSPECTIVES

EXPLORADORES Y MISIONEROS EN LA CONSTRUCCIÓN DEL CONOCIMIENTO SOBRE LOS REINOS DEL SUR DE ANGOLA: FUENTES, NARRATIVAS Y PERSPECTIVAS COLONIALES

https://doi.org/10.56238/revgeov17n10-060

Data de submissão: 12/09/2026 **Data de publicação:** 12/10/2026

Marcelino Chinhama Hossi
Instituição: Departamento de Investigação Científica, Inovação, Empreendedorismo e Pós-Graduação do ISCED-Huíla, Angola
E-mail: marcelinohossi5@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0005-8310-0983

João Carlos Roxo
Instituição: Departamento de Investigação Científica, Inovação, Empreendedorismo e Pós-Graduação do ISCED-Huíla, Angola
E-mail: joaocarlosroxo10@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-9691-852X

Jeremias Tiago Lucunde
Instituição: Departamento de Investigação Científica, Inovação, Empreendedorismo e Pós-Graduação do ISCED-Huíla, Angola
E-mail: jeremiasstf@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-6285-3395

Samuel Lucas Jackson Jeremias
Instituição: Departamento de Investigação Científica, Inovação, Empreendedorismo e Pós-Graduação do ISCED-Huíla, Angola
E-mail: sjacksonmsc@iscedhuila.edu
Orcid: https://orcid.org/0009-0001-6043-9280

Hilarino Silvestre Goi Tchissingui
Instituição: Departamento de Investigação Científica, Inovação, Empreendedorismo e Pós-Graduação do ISCED-Huíla, Angola
E-mail: htchissingui@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-0850-0050

RESUMO
Entre a memória e o arquivo colonial, a história dos reinos do sul de Angola foi sendo conhecida através dos relatos de exploradores, missionários, viajantes, militares e administradores europeus.

Desde os primeiros contactos e da progressiva expansão portuguesa para o interior, essas fontes registaram aspectos políticos, sociais, económicos, religiosos e culturais das sociedades africanas. Entre os séculos XIX e XX, a intensificação das viagens e da ocupação colonial ampliou essa produção documental, destacando-se vários autores apresentados no texto. Contudo, tais narrativas foram marcadas por perspectivas eurocêntricas e representações exotizantes. O presente artigo analisa criticamente esse legado, reconhecendo simultaneamente os seus limites e o seu valor documental. Defende-se, assim, a reabilitação epistemológica das fontes coloniais mediante o confronto com a tradição oral e outras abordagens, permitindo uma compreensão mais equilibrada da história e das sociedades do sul de Angola.

Palavras-chave: Reinos do Sul de Angola. Fontes Coloniais. Exploradores e Missionários. Historiografia Colonial.

ABSTRACT
Between memory and colonial archives, the history of the kingdoms of southern Angola has been known through the accounts of European explorers, missionaries, travelers, military personnel, and administrators. From the first contacts and the progressive Portuguese expansion into the interior, these sources recorded political, social, economic, religious, and cultural aspects of African societies. Between the 19th and 20th centuries, the intensification of travel and colonial occupation expanded this documentary production, highlighting several authors presented in the text. However, such narratives were marked by Eurocentric perspectives and exoticizing representations. This article critically analyzes this legacy, simultaneously recognizing its limitations and its documentary value. It thus advocates for the epistemological rehabilitation of colonial sources through confrontation with oral tradition and other approaches, allowing for a more balanced understanding of the history and societies of southern Angola.

Keywords: Kingdoms of Southern Angola. Colonial Sources. Explorers and Missionaries. Colonial Historiography.

RESUMEN
Entre la memoria y los archivos coloniales, la historia de los reinos del sur de Angola se ha conocido a través de los relatos de exploradores, misioneros, viajeros, militares y administradores europeos. Desde los primeros contactos y la progresiva expansión portuguesa hacia el interior, estas fuentes registraron aspectos políticos, sociales, económicos, religiosos y culturales de las sociedades africanas. Entre los siglos XIX y XX, la intensificación de los viajes y la ocupación colonial ampliaron esta producción documental, dando protagonismo a varios autores presentados en el texto. Sin embargo, dichas narrativas se caracterizaron por perspectivas eurocéntricas y representaciones exotizantes. Este artículo analiza críticamente este legado, reconociendo simultáneamente sus limitaciones y su valor documental. De este modo, defiende la rehabilitación epistemológica de las fuentes coloniales mediante la confrontación con la tradición oral y otros enfoques, lo que permite una comprensión más equilibrada de la historia y las sociedades del sur de Angola.

Palabras clave: Reinos del Sur de Angola. Fuentes Coloniales. Exploradores y Misioneros. Historiografía Colonial.

1 INTRODUÇÃO

A história dos reinos pré-coloniais do sul de Angola tem despertado crescente interesse nos estudos históricos africanos, sobretudo devido à necessidade de compreender as dinâmicas políticas, sociais e económicas das sociedades existentes antes da consolidação do domínio colonial europeu. A escassez de documentação escrita produzida pelas próprias sociedades africanas levou muitos investigadores a recorrer aos relatos elaborados por exploradores, missionários, viajantes, militares e administradores europeus, cujas descrições constituem uma importante fonte para a reconstituição do passado regional.

Todavia, essas narrativas foram produzidas em contextos específicos, marcados por interesses científicos, religiosos, comerciais e coloniais, o que exige uma leitura crítica das informações nelas contidas. As descrições dos reinos do sul de Angola, como os Kwanhama, Humbe, Ovambo, Herero e outras formações políticas, revelam simultaneamente contributos relevantes para o conhecimento histórico e limitações decorrentes das visões eurocêntricas predominantes na época.

Neste contexto, o presente artigo tem como objectivo geral analisar o impacto dos exploradores e missionários europeus na descrição dos reinos do sul de Angola, procurando compreender de que forma as suas narrativas contribuíram para a construção da historiografia regional e para a interpretação das sociedades africanas pré-coloniais.

Do ponto de vista metodológico, a investigação fundamenta-se numa abordagem qualitativa, assente na pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas obras de exploradores, missionários, etnógrafos e historiadores, bem como estudos contemporâneos sobre a historiografia angolana, recorrendo-se ao método etnográfico e à análise crítica das fontes, com o propósito de avaliar tanto os contributos como os limites das narrativas europeias sobre os reinos do sul de Angola.

2 HISTORIOGRAFIA COLONIAL E O PERFIL DOS CRONISTAS NO SUL DE ANGOLA

No atual território angolano existiram diversos reinos pré-coloniais, que conheceram uma organização política e socioeconómica funcional e coesa. Tais reinos não podem ser apagados da história, já que povos, reis, aspectos culturais, sociais, económicos, geográficos e outros, falaram e continuam falando alto. As informações documentais destes começaram a ser feitas mais tarde por europeus, incluindo a historiografia, uma vez que os nativos não o faziam, pelo menos a nível da escrita. Esta realidade é abrangente à região sul de Angola.

Assim, na época colonial, embora com pouca expressividade, existia uma historiografia feita direta ou indiretamente. Por um lado, a mesma possuía tintas eurocêntricas (Hountondji, 2008), no sentido de elevar os europeus e rebaixar os nativos e, por outro lado, era uma historiografia feita por

indivíduos, mesmo que europeus, sem motivações políticas ou ideológicas, que, ao passarem por diferentes lugares (reinos), fizeram descrições e análises despidas de preconceitos. Kamabaya (2014) endossa os dois prismas, ao destacar que a historiografia, longe das lentes autóctones**,** era levada a cabo por colonizadores (pertencentes ao sistema político), mas também por missionários, exploradores, militares e escritores (homens das letras).

No caso do sul de Angola, os vários reinos existentes, suas características básicas e seu modo de vida foram estudados por nomes como Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo, Pereira do Nascimento, o padre Carlos Duparquet, Bernardino Brochado, Henrique Abranches, o padre Carlos Estermann, Carlos Ervedosa, Fernando Santos, entre outros (Duparquet 1905; Estermann, 1960; René Pélissiér, Abranches 1979; Ervedosa 1974, Santos 1997; Kamabaya, 2014). Reinos como Kwanhama, Humbe, Ovaherero, Vátuas (Cuissi e Cuepe), Cuamato, Ovambo, Nkhumbi e outras formações políticas, podem ter o seu passado abordado nos dias de hoje através da historiografia colonial, a despeito das limitações ideológicas e metodológicas significativas.

Kamabaya (2014) refere que a historiografia colonial portuguesa se desenvolveu principalmente entre os séculos XIX e XX, a par da efetivação do domínio colonial no interior do território angolano. Na visão do mesmo autor, os relatos concebidos por militares, administradores, missionários, exploradores e funcionários coloniais visavam narrar os povos africanos (sobretudo os seus sistemas políticos e os recursos económicos), beneficiando simultaneamente os proveitos científicos e administrativos do Estado português. Curiosamente, as descrições dos cronistas possuem horizontes distintos, porquanto os mesmos escreviam com pretensões diferentes e faziam parte de grupos profissionais e sociais diferentes.

Para Relógio e Tavares (2025), os registos que integram a ocupação de Angola por volta de cinco séculos, de XV a XIX, ocorrem em termos territoriais, no litoral na fase inicial e posteriormente foi progredindo para o interior. As relações entre os povos europeus e nativos africanos são marcados por períodos diferenciados. Desde logo, o primeiro período colonial foi marcado por uma economia assente no comércio de escravos, já o segundo período colonial despontou a economia nacional integrada na dinâmica do comércio internacional. A efetiva conquista territorial fez emergir o carácter científico das viagens, onde os seus preparativos eram realizados com determinado método e rigor na qual, entende-se que parte de África já era do conhecimento de Portugal desde 1434.

Segundo Godinho (1950), citado por para Relógio e Tavares (2025), progressivamente os portugueses foram conquistando territórios e populações, com o contributo dos missionários católicos e comerciantes. Independentemente de alguns feitos portugueses de conquista territorial em África estarem associados a aventuras e ações do acaso, muito da realidade mostra que esse entendimento não

era correto, dado que foi propositado, pois era desejo de Portugal que os seus feitos científicos ligados às descobertas fossem sigilosos.

O mesmo autor acrescenta que o surgimento da designação Angola é resultado dos contatos dos portugueses com os povos ambundu (mbundos), depois de terem contatado e penetrado o reino do Congo. Por consequência dessa aproximação, os exploradores colonizadores atribuíram esse nome para designar os povos sob ocomando de Ngola, e com o mesmo formou-se Angola, que veio a ganhar maior dimensão à medida que foram conquistados novos espaços. O processo da conquista dos novos espaços pertencentes à população indígena foi na base do uso da força militar que teve um interregno no final do século XVII e, mais tarde, veio a ser encerrado por muito tempo.

Santos (1954), citado por para Relógio e Tavares (2025), refere que o processo da conquista dos novos espaços pertencentes à população indígena marca o período de expansão portuguesa em Angola, nos mais de 400 anos, em que sobressai nos primeiros períodos a ocupação de Cambambe e Benguela, no espaço de tempo de 1589 a 1639. Esse processo de conquista ganhou contornos alarmantes, dado que a partir de 1700 o tráfico deescravos foi intensificado em África, com os portugueses, os espanhóis, os ingleses e osfranceses como mentores.

A ocupação portuguesa sobre as possessões em África, concretamente em Angola foi faseada, tendo estes se instalado inicialmente ao litoral, e todo o restante do espaço que compreende actualmente o espaço geográfico angolano sob a total ignorância do então Governador Geral de Angola. Em determinadas localidades a ocupação foi acirradamente violenta. A bravura dos povos autóctones fez-se notar, daí que é errónea a ideia segundo a qual a presença portuguesa em Angola, tenha perdurado pelo menos 500 anos, pois existiu localidades que cuja presença portuguesa para além de ter sido conquistada por meios de lutas sangrentas, tal façanha só se tornou possível no princípio do século XX (Malumbu, 2006).

O mesmo autor acrescenta que as tensões e os confrontos entre os ovimbundu e as autoridades coloniais, foram se tornando cada vez mais frequentes e sangrentas, o que serviu de estopim para uma guerra sangrenta, na região do planalto central de 1774 a 1776, entre as autoridades coloniais e os chefes tradicionais Umbundos, tendo sido muito deles mortos e/ou prisioneiros em muitos dos reinos do Mbalundu (Bailundo) eno Ndulu (Handulo). Passado vários anos de presença branda dos portugueses nesta região, houve neste período uma coexistência pacífica entre os povos nativos e os comerciantes portugueses. Mas a ambição do então Governador Geral de Angola Francisco Cabral de Moncada, de capitular de uma vez por todas os reinos do planalto central de Angola, e colocar esta sob a administração colonial portuguesa, precipitou uma nova guerra, em meados de 1902, chamada

"Guerra do Bailundo" a mais violenta de todas, mas que ceifou mais de 2.000 pessoas dos dois lados (Malumbu 2006, p.206,207).

De acordo com Heintze (2013), as fontes coloniais ou mesmo a historiografia colonial, carece de análise crítica, dado o contexto político-cultural em que foram produzidas, já que muitas vezes, os indivíduos que escreviam situações locais a partir de horizontes ocidentais, trazendo imagens parciais; outrossim, tratava-se de uma historiografia que desprimorava as tradições orais, tinha as sociedades locais como estáticas, maioritariamente visava legitimar o projeto colonial e silenciava as perspectivas dos autóctones. Todavia, isso não significa que não haja relevância da historiografia colonial, mas que se deve analisar usando a crítica metódica, a fim de aproveitar o que é útil e descartar o que não tem proveito.

Sobre o perfil daqueles que descreveram os reinos do sul de Angola, em primeiro lugar estão os missionários e viajantes, que buscavam conhecer a terra e consolidar pretensões coloniais portuguesas (Kamabaya, 2014), como é o caso de Capelo e Ivens, outrora aludidos, que da costa ao interior percorreram vastos territórios da região em análise, ocasionando assim relatórios geográficos, políticos e etnográficos, económicos e até administrativos. Paralelamente, os militares e administradores coloniais, ao produzirem relatórios oficiais, falaram sobre os povos do sul de Angola, sendo primariamente com o objetivo de conhecer as lideranças nativas a fim de facilitar o domínio militar bem como a administração colonial. Um exemplo claro deste último aspeto, é relatado por Nascimento (1891), quando caracteriza os povos Kwanhama e fala do seu território como desvantagem a nível militar, ao facilitar a cavalaria no campo de guerra.

No que se refere aos missionários, sejam eles católicos ou protestantes, viveram por longos anos entre as populações locais, dominando seu modo de vida e nalguns casos falando suas línguas e registando tradições orais, não descartando também as missões onde se faziam registos linguísticos e etnográficos. No contexto do sul de Angola, temos como exemplo o missionário adventista Ernesto Ferreira, que num texto publicado no *Boletim Adventista*[1], chegou a dizer que ao visitar a localidade do Gungui, em Kakonda, observou que os participantes valorizavam tanto a sua língua que qualquer cântico que lhes fosse ensinado traduziam e cantavam-no em umbundu; essa perspectiva muito diz sobre a maneira que os ovakakonda encaravam a sua língua. Na mesma esteira encontra-se também o padre Carlos Estermann, que a partir da Huíla escreveu três volumes sobre a Etnografia do Sudoeste de Angola (Estermann, 1960a; 1960b; 1961c). É importante destacar que os três volumes formam, em conjunto, um amplo levantamento etnográfico do Sudoeste de Angola, abrangendo povos não-bantos, Ambós, Nhaneca-Humbe e Herero.

[1] Ver em: Ferreira, E. (1964). *O Movimento Adventista em Angola*. Boletim Adventista. Boletim de Abril.

Nesta ordem de ideias, no Volume I intitulado *Os povos não-bantu e o grupo étnico dos Ambós,* Estermann apresenta os povos não-bantu do Sudoeste de Angola e, sobretudo, os Ambós, descrevendo aspectos da organização social, costumes, economia, religião, língua, cultura material e práticas tradicionais. A obra resulta de observações realizadas no terreno e procura sistematizar a diversidade cultural existente na região, incluindo populações situadas na área do Cunene. O volume II, *Grupo étnico Nhaneka-Humbe*, concentra-se nos Nhaneka-Humbe, grupo particularmente estudado por Estermann durante a sua permanência nas missões da Huíla. Analisa a organização social, autoridade, parentesco, actividades económicas, práticas religiosas, ritos, costumes, habitação, vestuário e outros elementos culturais. O autor procura evidenciar a estrutura e a continuidade das tradições das comunidades estudadas. Já o Volume III *O grupo étnico Herero*, dedica-se aos Herero do Sudoeste de Angola, examinando a sua organização social e cultural. Nele, Estermann aborda costumes, instituições, religião, economia, relações comunitárias e manifestações da cultura material, procurando caracterizar as especificidades deste grupo e a sua presença no espaço do Sudoeste angolano.

Dando continuidade à abordagem focal, dentre os vários reinos cuja descrição não passou despercebida aos exploradores e missionários europeus, destacam-se os reinos instalados abaixo ou a sul do rio Kwanza. Em pormenor, Alfagali sublinha que nos séculos XVI e XVII dão-se as campanhas militares e as incursões de missionários, funcionários coloniais e particulares, como negociantes ou sertanejos que possibilitarão conhecer os sertões dos reinos de Angola, isto porque neste período era do interesse da coroa portuguesa ter informações das populações locais, pois isto era de tamanho interesse para os portugueses na ocupação da terra e a delimitação do território, seriam então elementos fulcrais da colonização portuguesa no sudoeste angolano (Alfagali, 2018, p. 54).

Pode-se então dizer que, embora com limitações, existiu sim uma historiografia dos povos/reinos do sul de Angola no período colonial, que contribuiu para a consolidação da mesma nos tempos hodiernos. Além disso, os cronistas na sua diversidade abordaram ângulos diferentes, trazendo informações extremamente valiosas que continuam sendo úteis e indispensáveis nos estudos atuais dessa região, que têm sido complementados pela tradição oral e pela descentralização de narrativas eurocêntricas.

3 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIOECONÔMICA DOS REINOS DO SUL ANGOLA

O conhecimento sobre a organização política, social e económica dos reinos pré-coloniais do Sul de Angola, sobretudo entre os Nyaneka-Humbe e Ambó, resulta de um encontro complexo entre a etnografia ocidental e as sociedades que esta procurou descrever. Figuras como Carlos Estermann, Heli Chatelain, José Redinha, Jorge Arrimar e René Pélissier e muitos outros exploradores e estudiosos

europeus produziram um acervo documental de valor inestimável. Contudo, a academia contemporânea tem vindo a ler estas obras não como retratos neutros, mas como produtos de um contexto colonial que exige uma hermenêutica vigilante[2].

O que confere autoridade duradoura a estes autores clássicos é o seu método de imersão radical. Carlos Estermann, missionário espiritano alemão, dedicou décadas ao estudo dos povos do Sudoeste angolano. Na sua obra maior, Etnografia do Sudoeste de Angola (1960, Vol. 2, pp. 101-150), descreve com um detalhe quase tangível a hierarquia política centrada no *Soba ou Hamba* e o lugar central do gado bovino, que não era apenas riqueza material, mas o elemento estruturador de alianças matrimoniais, rituais e compensações jurídicas. Esta não é uma descrição livresca: é o testemunho de quem assistiu a audiências reais e partilhou o quotidiano das comunidades.

De igual modo, o missionário suíço Heli Chatelain (1894) ofereceu um contributo pioneiro ao fixar a tradição oral ovimbundo. Em *Folk-Tales of Angola* recolheu e verteu para o inglês cinquenta contos tradicionais, revelando uma cosmovisão sofisticada e as estruturas de parentesco que organizavam a vida social e política, pelo rigor cerimonial, pela hierarquia administrativa, pela riqueza do vestuário e pelas relações diplomáticas. Contudo, esta obra é um monumento à ideia de que a identidade de um povo se encontra, antes de mais, nas suas narrativas (Chatelain, 1894).

A este esforço de registo minucioso junta-se o trabalho cartográfico de José Redinha. A sua obra Distribuição Étnica de Angola (1974) forneceu um mapeamento sistemático dos grupos etnolinguísticos do Sul, oferecendo uma base que, ainda hoje, é ponto de partida para qualquer investigação sobre a geografia humana da região. Por sua vez, já numa geração posterior, Arrimar (2022) aprofundou o conhecimento sobre os Humbe, trazendo vislumbres de sua história e estruturas, assim como descrevendo o funcionamento da Ombala como centro político-administrativo, onde o soberano, assistido por um conselho de anciãos, exercia a justiça, cobrava tributos e redistribuía recursos.

Neste contexto, cada registo etnográfico foi, também, um ato de preservação. Sem o trabalho de Arrimar sobre as *ombalas* ou de Estermann sobre a simbologia do gado, teríamos hoje apenas vestígios fragmentários para reconstituir a complexa engenharia política desses reinos. Trata-se de contribuições historiográficas imprescindíveis sobre os grupos étnicos do sul de Angola.

No mesmo diapasão, Pigafetta (1591), em *Relatione del Reame di Congo*, juntamente com os testemunhos do viajante português Duarte Lopes, oferece-nos em primeira mão descrições da sofisticação das cortes africanas, marcadas pelo parentesco como base da organização social, pela autoridade dos mais velhos, pela chefia tradicional, pela resolução coletiva de conflitos. Embora o seu

[2] https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/ Consultado aos 20 dias do mês de Junho de 2026.

foco fosse o Reino do Congo, a sua obra ecoa nas formações políticas mais a sul, ajudando a contextualizar uma tradição de centralização política que a propaganda colonial posterior se esforçaria por negar.

Apesar do seu valor monumental, estas obras não são janelas transparentes. A academia moderna ensina-nos a lê-las como produtos do encontro colonial, carregados de filtros ideológicos. Assim, Heintze (2011), ao analisar as fontes missionárias para a história de Angola, sublinha que autores como Estermann, imbuídos de um projeto civilizador cristão, frequentemente interpretaram os sistemas políticos locais através de um binómio redutor "civilizado" versus "pagão", subestimando a teologia política que legitimava o poder do Soba.

Todavia, a informação de informantes africanos para um público europeu moldava uma imagem de África que servia tanto para maravilhar como para justificar a penetração colonial (Birmingham, 2015, pp. 31-44).

Em suma, o conhecimento de que hoje dispomos sobre os reinos do Sul de Angola é um património híbrido. Resulta do trabalho incansável de etnógrafos que, com uma proximidade e um detalhe notável, resgataram do esquecimento mundos em vias de desaparecer. Mas resulta também das relações de poder que enquadraram esse resgate. Assim, ler estas obras com proveito exige, por isso, uma gratidão informada e uma suspeita metódica de complexa negociação entre o observador ocidental e a realidade africana que ele, afinal, nunca pode capturar por inteiro.

4 ENTRE O EXOTISMO E O ESGUELHO DA NARRATIVA EUROCÊNTRICA NA ÓPTICA DOS VIAJANTES

O exotismo é uma tendência na arte, no design e na cultura, em que os artistas ou apreciadores deixam-se inspirar por ideias ou estilos de regiões distintas. O exotismo, por definição, é o encanto desconhecido como representação de uma cultura para consumo de outra. O exotismo com que os exploradores e missionários europeus retratam os povos e reinos africanos em geral e os de Angola em particular tem uma motivação muito específica, por estes serem donos de um modo de vida distinto dos europeus.

Foram vários os exploradores que palmilharam pelos reinos do sul de Angola, com destaque para Lászlou Maggyar, explorador húngaro (1818-1864), que dada a sua entrega na convivência com os povos nativos, sobretudo os do reino do Bié, mas que andou por quase toda a África Austral, aprendeu línguas, culturas locais, tendo assimilado a cultura local e tornando-se assim um ovimbundu, foi o único explorador europeu a defender o respeito pelos africanos, ao invés de coloniza-los. Aborda, em suas obras, assuntos relevantes de sua época, como a escravidão doméstica, viagens de caravanas

a longa distância, comércio interno, descrição de sociedades ovimbundu, a pastorícia, entre outros. Nas suas obras retratou as culturas dos povos do sul de Angola, como os ovimbundu, os Humbes, os Cuanhamas, entre outros, como manifestações culturais diferenciadas e dignas de se viver[3].

Não obstante a distinta personalidade já referida, Carlos Estermann (1896-1976), etnógrafo, linguista e núncio apostólico destacado no sul de Angola em meados do século XX, realizou descrições sobre os Hereros, Cuanhama/Ovambo, Ngambwe e os Himbas, só para citar alguns, na base da convivência com os povos locais. Escreveu três tomos sobre a etnologia dos povos nativos, nos quais dá a conhecer, em larga escala, os costumes destes povos. Sob o ponto de vista da descrição, Estermann primou pelo rigor científico, evitando assim o exotismo, a partir da análise das vivências, mitos e complexidade da cultura destes povos.

Na mesma empreitada sobre o sudoeste angolano, um outro explorador, que muito descreveu a cultura dos povos e reinos do sul de Angola, foi Brochado, que, em meados do século XIX, dedicou-se ao estudo dos povos do sul e sudoeste de Angola, relatando as culturas dos povos Nhaneka, Humbes, Cumatuis, Cuanhama, entre outros.

De forma geral, descrevia o dia-a-dia destes povos com um exotismo, onde conta e ao mesmo tempo discorda em primeira pessoa, práticas culturais desde a mameira como estes se vestem, realizam as exéquias fúnebres de pessoas de tamanha relevância social, o direito consuetudinário, a maneira por exemplo como se julgam as pessoas que tiraram a vida de outros, assim como as práticas religiosas destes povos, pois chega de chamar de supersticioso os deuses em que estes povos acreditam. Chama de macaquices o rito de exéquias fúnebres, trata os povos de primitivismo aos julgamentos sumários daqueles povos e, por fim, trata-os de gentios pelas vestes que estes normalmente usavam[4].

Quanto aos mais destacados e conhecidos exploradores portugueses, nomeadamente Roberto Ivens, Hermenegildo Capelo e Alexandre de Serpa Pinto, António da Silva Porto e não menos importante Henriques de Carvalho, pese embora estivessem sob a orientação da coroa portuguesa e interessados nas descrições topográficas e ocupação de largas terras ao serviço da coroa e explorações de rios, contribuíram também de forma extraordinária na descrição etnográfica dos povos e reinos de Angola, mas foi essencialmente por meio de Serpa Pinto e Silva Porto que se passou a saber com maior detalhe os hábitos e costumes dos povos e reinos localizados sul do rio Kwanza, ou seja do planalto central. Todos eles descrevem as culturas destes povos com alguma estravagância, modos de produção económica rudimentares e costumes carentes de civilização[5].

[3] https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456385006.pdf Consultado aos 24 dias do mês de Junho de 2026.
[4] Recessão feita através do excerto de Brochado, in Descripção das terras dos Humbe, Camba, Mulondo, Cuanhama e outras – 1885.
[5] https://openaccess.bluncher.com.br Consultado aos 27 dias do mês de Junho de 22026.

Não se pretende com o presente texto construir narrativas depressivas, muito menos negativas sobre o papel destes exploradores na descrição dos reinos do sul de Angola, todavia, nosso papel enquanto pesquisadores consiste em produzir um debate teórico-metodológico sobre a importância histórica destes viajantes, bem como elencar as limitações dos mesmos.

Entretanto, se por um lado exploradores como Serpa Pinto e não só, sublinhavam o exotismo das cortes locais, por outro, analistas modernos como René Pélissier, Nascimento e outros, demonstram que essa narrativa servia para dissimular os interesses de dominação militar. Todavia, o estudo deixa antever que a produção textual destes exploradores, militares e missionários europeus que percorreram o sul de Angola a partir do século XVIII, e de forma mais intensa no século XIX, não era neutra. Ela estava profundamente ligada aos interesses mercantilistas e, mais tarde, ao projeto de ocupação colonial efetiva determinado pela Conferência de Berlim.

Atendendo os interesses das potências colonizadoras e da narrativa eurocêntrica da época, muitos viajantes europeus descreviam frequentemente as instituições políticas africanas como "curiosidades" ou "imitações rudimentares" do modelo europeu, desprovidas de uma racionalidade histórica própria, todavia, detalhavam-se os rituais de entronização, os casamentos poligâmicos e as indumentárias tradicionais não para compreender a sua função social ou cosmológica, mas para alimentar o mercado editorial europeu, ávido pelo bizarro e pelo pitoresco (Nascimento, 2002).

Em pormenor, Pélissier (1986) salienta que, quando a resistência política e militar dos reinos africanos ameaçava o avanço português, o discurso do exotismo dava rapidamente lugar à demonização. Para legitimar as chamadas "campanhas de pacificação", era necessário construir uma narrativa que retirasse a legitimidade moral aos soberanos do sul de Angola.

Assim, muitos reis (*Somas*) eram frequentemente retratados como tiranos arbitrários, cruéis e sanguinários. Ignorava-se deliberadamente o papel dos conselhos de anciãos e as complexas leis consuetudinárias que limitavam o poder do rei nas sociedades Ovimbundu e Nkhumbi. Outrossim, para os missionários (católicos e protestantes), as práticas espirituais locais, o culto aos ancestrais (*olossuku*) e a medicina tradicional eram categorizados sumariamente como "feitiçaria", "idolatria" ou "pactos demoníacos". Esta destruição simbólica era o passo prévio indispensável para justificar a conversão forçada dos povos africanos à religião cristã e a desestruturação do tecido social (Pélissier, 1989).

Contudo, o resultado deste viés foi a inviabilização da agência histórica dos reinos do sul de Angola. Ao reduzir a história local a uma crónica de superstições e conflitos tribais, os relatores eurocêntricos apagaram a sofisticação das redes diplomáticas e comerciais que estes impérios e reinos

mantinham entre si e com o exterior, criando um espelho deformante onde a África do Sul de Angola existia apenas como um espaço de trevas à espera da "luz" ocidental.

5 A REABILITAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DAS FONTES COLONIAIS NO SUL DE ANGOLA

O debate sobre a utilidade das fontes documentais produzidas durante o período colonial no sul de Angola exige uma análise equilibrada que supere visões excessivamente diferentes na academia contemporânea. Tradicionalmente, os registos deixados por exploradores, militares e missionários europeus entre os séculos XIX e XX são interpretados de forma crítica pela literatura pós-colonial. Esta perspectiva argumenta que a produção de conhecimento geográfico e etnográfico esteve directamente associada aos interesses de dominação territorial e à necessidade de legitimar a presença europeia no continente.

De acordo com Mudimbe (1988), este processo resultou numa construção discursiva ocidental que subalternizou as identidades locais, enquadrando as sociedades africanas em categorias conceituais criadas de fora para dentro. No contexto das correntes historiográficas de matriz nacionalista e afrocêntrica, autores influentes como Diop (1974) e Ki-Zerbo (1972) avançaram com uma rejeição profunda destas matrizes eurocêntricas. Para estes estudiosos, as descrições coloniais operaram uma distorção intencional da realidade africana, fragmentando as solidariedades tradicionais e inventando divisões étnicas artificiais para facilitar o controlo administrativo e político das populações nativas. No sul de Angola, que engloba comunidades com dinâmicas pastoris e agrícolas complexas, este olhar colonial foi muitas vezes utilizado para mapear vulnerabilidades e neutralizar a resistência de reinos estruturados, como os dos povos Ovambo e Nyaneka-Nkhumbi.

Contudo, a fixação exclusiva numa postura reativa e de denúncia sistemática pode limitar a capacidade de resgate de dados históricos fundamentais para as próprias sociedades africanas atuais. É neste ponto que o pensamento de Mbembe (2016) oferece um caminho metodológico alternativo de grande relevância. O autor apela a que os investigadores africanos não fiquem prisioneiros do ressentimento histórico nem se limitem a uma leitura exclusivamente destrutiva ou negativa dos arquivos coloniais. Em vez disso, Mbembe (2016), propõe uma postura proativa, focada em encontrar formas de reaproveitar os elementos positivos e os dados empíricos contidos nesses documentos para colocá-los ao serviço da emancipação intelectual e da reconstrução da história local. Esta abordagem reconhece que, apesar das motivações ideológicas dos seus autores, os arquivos coloniais guardam informações detalhadas que não existem em nenhuma outra fonte escrita, tornando-se ferramentas indispensáveis para o trabalho historiográfico contemporâneo.

Ao aplicar esta orientação teórica ao sul de Angola, percebe-se que os relatórios de viagens, os estudos monográficos e os primeiros levantamentos linguísticos constituem hoje um património documental e histórico de valor inestimável para a preservação da diversidade regional. Devido ao facto de estas sociedades assentarem na transmissão oral do conhecimento, os registos escritos europeus funcionam como fotografias textuais de um período de transição crucial. Missionários e etnólogos do período colonial fixaram a gramática, o vocabulário e a fonética de línguas locais como o Cuanhama, o Olunyaneka e o Oluherero. Esse esforço de registo acabou por salvaguardar a memória de rituais de iniciação, regras de parentesco matrilinear, tradições jurídicas e rotas de transumância que o impacto da modernização forçada e os conflitos armados posteriores no território angolano poderiam ter apagado definitivamente da memória coletiva.

Portanto, a reabilitação destas fontes documentais na investigação científica atual não significa uma validação ou aceitação das violências praticadas pelo sistema colonial. Trata-se, ao invés, de um exercício de soberania científica e de maturidade analítica. Ao adotarem uma postura metodológica rigorosa, os investigadores podem submeter estes textos a uma triagem crítica, separando os preconceitos eurocêntricos da época dos dados empíricos observados no terreno sobre a demografia, a ecologia humana e as genealogias dos reinos do sul. Sob esta luz, e em perfeita consonância com o apelo de Mbembe (2016), o arquivo deixado por exploradores e missionários deixa de ser visto apenas como um monumento de opressão do passado e passa a ser utilizado como um valioso reservatório de factos e continuidades históricas. Este resgate é fundamental para enriquecer os currículos educativos, valorizar as identidades locais e consolidar o pluralismo cultural que caracteriza o Estado e a sociedade da Angola moderna.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu compreender que os exploradores, missionários e outros cronistas europeus desempenharam um papel decisivo na produção do conhecimento sobre os reinos do sul de Angola. Os seus relatos forneceram importantes informações acerca das instituições políticas, das relações sociais, das atividades económicas e das práticas culturais dos povos da região, constituindo atualmente fontes indispensáveis para a investigação histórica.

Todavia, essas descrições não foram produzidas num contexto neutro. Em muitos casos, estiveram associadas aos interesses científicos, religiosos e políticos das potências coloniais, refletindo visões eurocêntricas que procuravam justificar a expansão colonial e a superioridade cultural europeia. O exotismo, a desvalorização das tradições locais e a representação das sociedades africanas como atrasadas ou primitivas limitaram a compreensão da complexidade dos reinos do sul de Angola.

Apesar dessas limitações, a análise crítica dessas fontes permite recuperar elementos essenciais da história regional. A historiografia contemporânea tem procurado reinterpretar esses documentos à luz das tradições orais, da antropologia, da arqueologia e das perspectivas africanas. Dessa forma, torna-se possível construir uma visão mais equilibrada e inclusiva do passado, reconhecendo a capacidade política, económica e cultural dos reinos do sul de Angola e valorizando a sua contribuição para a história de Angola e de África.

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi motivado pelas discussões em torno da unidade curricular de Angola Pré-colonial e Seus Estados nos meandros do Mestrado em Ensino de História de África, no ISCED-Huíla. De maneira especial, agradecemos ao Professor Doutor Jorge Arrimar, que despertou em nós o interesse de elaborar esta pesquisa e motivou a publicação da mesma, considerando ser um tópico imprescindível e bastante oportuno nos meandros da História de Angola, em particular da região sul, contribuindo para o seu enriquecimento.

REFERÊNCIAS

Abranches, H. (1979). A Konkhava de Feti. União dos Escritores Angolanos.

Alfagali, C. (2018). Ferreiros e fundidores da Ilamba. Fundação Dr. António Agostinho Neto.

Arrimar, J. (2022). Cuéle: o pássaro troçador. Guerra e Paz.

Birmingham, D. (2015). Filippo Pigafetta e a invenção do Reino do Congo. Africana Studia, (24), 31-44.

Brochado, B. J. (1882). Descripção das terras do Humbe, Camba, Mulondo, Cuanhama. Anais do Conselho.

Chatelain, H. (1894). Folk-Tales of Angola. Houghton, Mifflin and Company.

Diop, C. A. (1974). The African origin of civilization: Myth or reality. Lawrence Hill Books.

Duparquet, C. (1935). Viagens na Cimbebásia. Museu de Angola.

Estermann, C. (1960). Etnografia do Sudoeste de Angola. Vol I. Junta de Investigações do Ultramar.

Estermann, C. (1960). Etnografia do Sudoeste de Angola (Vol. 2). Junta de Investigações do Ultramar.

Ervedosa, C. (1974). Arqueologia do Tchitundo-Hulo Mulume. Universidade de Luanda.

Ervedosa, C. (1981). Arqueologia Angolana. Edições 70.

Ferreira, E. (1964). O Movimento Adventista em Angola. Boletim Adventista.

Gregório, D. J. F. (2025). Fronteiras Africanas, Fronteiras Imperiais: A Partilha Europeia de África no Sudeste de Angola e no Barotze. Universidade de Lisboa (Dissesteração de Mestrado).

Heintze, B. (2011). A missão como fonte para a história de Angola. In B. Heintze, Angola nos séculos XVI e XVII (pp. 251-278). Kilombelombe.

Heintze, B. (2013). The extraordinary journey of the Jaga through the centuries: Critical approaches to precolonial Angolan historical sources. History in Africa, 40, 147–174.

Hountondji, P. (2008). Conhecimento de África, conhecimento dos africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 80, mar. 2008. p. 157.

Kamabaya, M. G. (2014). O Renascimento da Personalidade Africana. Mayamba Editora.

Ki-Zerbo, J. (1972). Histoire de l'Afrique noire: D'hier à demain. Hatier.

MacGaffey, W. (2019). Conceitos políticos na África Central: Continuidade e mudança. Journal of African History, 60(2), pp. 245-263.

Malumbu, M. (2005). Os Ovimbundu de Angola: Tradição, economia e cultura organizativa. Edizione Vivere In.

Mbembe, A. (2016). As metamorfoses da identidade africana. Edições Pedago.

Mudimbe, V. Y. (1988). The invention of Africa: Gnosis, philosophy, and the order of knowledge. Indiana University Press.

Nascimento, A. (2002). As representações do "outro" nos relatos de viagem oitocentistas sobre Angola. Revista de História.

Pélissier, R. (1986). História das Campanhas de Angola: Resistência e Revoltas (1845-1941). Estampa.

Pigafetta, F. (1881). A Report of the Kingdom of Congo (M. Hutchinson, Trad.). John Murray. (Original publicado em 1591).

Redinha, J. (1974). Distribuição Étnica de Angola. Centro de Informação e Turismo de Angola.

Relógio, A. G. T. & Tavares, F. O. (2025). A cidade do Huambo e a expansão do Império Colonial. Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literatura. ISSN 0871 – 1682. V.43. pp. 127-144.

Este estudo foi motivado pelas discussões em torno da unidade curricular de Angola Pré-colonial e Seus Estados nos meandros do Mestrado em Ensino de História de África, no ISCED-Huíla. De maneira especial, agradecemos ao Professor Doutor Jorge Arrimar, que despertou em nós o interesse de elaborar esta pesquisa e motivou a publicação da mesma, considerando ser um tópico imprescindível e bastante oportuno nos meandros da História de Angola, em particular da região sul, contribuindo para o seu enriquecimento.